

rebrip **Boletim!**

REDE BRASILEIRA PELA INTEGRAÇÃO DOS POVOS

1

China e América Latina: A APROXIMAÇÃO ENTRE AS DUAS REGIÕES E ALGUMAS REFLEXÕES



Além do natural estreitamento ocorrido nos últimos anos na relação Brasil-China, impulsionado pelos BRICS, os chineses vêm aumentando sua participação na economia dos países latino-americanos tanto pela via comercial quanto através da expansão de seus investimentos. O peso desta participação já pôde ser notado pelo impacto que a desaceleração da economia chinesa teve no preço das commodities dos países da região no primeiro semestre de 2016.

Após séculos de ligação pela imigração e comércio, uma nova e mais profunda relação

com a América Latina tem emergido desde os anos 2000. E a expectativa é de que este relacionamento se intensifique nos próximos anos. Se antes a relação estava baseada, sobretudo, nas necessidades impostas pelas políticas de desenvolvimento doméstico e abertura econômica iniciadas na China em 1970, em anos recentes, o país passa a demonstrar sua intenção em fomentar produtos de alto valor agregado e projetos de infraestrutura global. Com isso, a China vem deixando de ser um ator global baseado em mão de obra barata e se tornando um ator que investe

cada vez mais em cadeias de commodities mais sofisticadas e centradas em quatro áreas mais específicas: relações políticas, comércio, investimento e financiamento, energia e infraestrutura e intercâmbio cultural¹.

Do ponto de vista comercial, somente na última década e meia, o comércio entre China e América Latina cresceu cerca de 2% desde 2000, estimulado em grande parte por acordos bilaterais de livre-comércio com países como Peru e Chile². Além disso, a China também aumentou a sua participação através de empréstimos e investimentos. Os resultados já podem ser vistos em alguns números. O déficit comercial da América Latina com a China foi de USD 20 bilhões em 2000 para USD 75 bilhões em 2012³. A exportação dos países latino-americanos para a China aumentou no geral, mas está concentrada basicamente em bens primários e itens de baixo valor agregado – o que tem causado discussões na Argentina, Brasil e México, por exemplo, em que alguns setores demonstram claro descontentamento com a competição desigual de seus produtos frente aos chineses em seus mercados domésticos⁴.

No entanto, o fortalecimento comercial⁵ é apenas um lado da relação que vem sendo construída entre chineses e latino-americanos. A tendência é que o foco vá migrando gradativamente para a área de investimentos.

1 Ver Niu, Haibin. 2015. A New Era of China-Latin America Relations em <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2016/02/03-Niu.pdf>

2 Para estes e mais dados, ver o relatório produzido pela Atlantic Council “China’s Evolving Role in Latin America: Can It Be a Win-Win?” em <http://publications.atlanticcouncil.org/chinalatam//>

3 Ver “China’s Evolving Role in Latin America: Can It Be a Win-Win?” em <http://publications.atlanticcouncil.org/chinalatam//>

4 Ver “China’s Evolving Role in Latin America: Can It Be a Win-Win?” em <http://publications.atlanticcouncil.org/chinalatam//>

5 A China tem acordos de livre-comércio com o Chile (2006), Costa Rica (2011) e Peru (2011), além de outros arranjos institucionais com outros países.

Vale notar que o caráter do investimento chinês no Brasil e na região vem mudando. Antes centrada na compra de commodities e na participação, ainda que pequena, na exploração do pré-sal, os chineses vêm demonstrando a intenção de investir em infraestrutura, como ferrovias, portos, rodovias e hidrelétricas. Do ponto de vista latino-americano, o investimento da região na China é muito menos substancial.

Outros dados também ajudam a refletir o aprofundamento das relações América Latina-China. A China, hoje, é o quarto maior parceiro econômico da região. Além disso, a China se tornou observadora da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 2004 e membro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 2009. Na última década, sua participação no âmbito da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) tem se tornado mais ativa e, em janeiro de 2015, o país sediou o Primeiro Encontro Ministerial da China-Celac. Como resultado, foi assinado o chamado Plano Celac-China (2015-2019), focado no aumento do comércio anual entre regiões para mais de USD 500 bilhões. Também foram anunciadas seis mil bolsas de estudo entre governos – seis mil para trainees e quatrocentas para cursos de mestrado na China.⁶

A China também tem aumentado sua presença financeira na região. De 2005 a 2014, os empréstimos chineses somaram cerca de USD 120 bilhões, sendo que somente a Venezuela é responsável por mais de 50% dos empréstimos e 42% dos projetos de infraestrutura na região⁷.

No entanto, muito já se especula sobre

6 Ver o Plano de Cooperação China CELAC em http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6743:documentos-aprovados-na-reuniao-dos-ministros-das-relacoes-exteriores-do-foro-celac-china-pequim-8-e-9-de-janeiro-de-2015&catid=42:notas&Itemid=280&lang=pt-BR

7 Ver “China’s Evolving Role in Latin America: Can It Be a Win-Win?” em <http://publications.atlanticcouncil.org/chinalatam//>

quais serão os impactos desses investimentos em termos de direitos humanos e de prejuízos para o meio ambiente. Se formos nos ater ao histórico de atuação chinesa em outros continentes, como a África, além de ela ter sido peça-chave na promoção de um modelo de desenvolvimento fomentador da exportação de bens primários, a presença chinesa foi também causadora de catástrofes para o meio ambiente e para as comunidades locais.

Estaríamos preparados para o que o aprofundamento das relações com a China poderia acarretar no continente, tanto em impactos eco-

nômicos como sociais? Estamos preparados para impedir que a China reproduza formas de exploração predatórias e que coloquem em risco as melhorias sociais colocadas em prática em vários países da região nos últimos anos? Até que ponto a América Latina tem condições de estabelecer também um jogo de ganhos em relação à China?

Ainda temos poucos elementos para saber quais serão os impactos da presença chinesa na América Latina. Todavia, a presença chinesa em outras regiões nos traz o alerta de que é preciso manter-nos vigilantes quanto aos próximos desdobramentos.

OS BRICS E A CÚPULA DA ÍNDIA

Aconteceu nos dias 15 e 16 de outubro a 8ª Cúpula dos BRICS, na cidade de Goa/ Índia. Durante estes dois dias foram reafirmados o compromisso dos países-membros com o Banco dos BRICS (apesar de pouco ainda ter se tornado público quanto aos projetos e seus critérios de aprovação), além de esforços para aprofundar e agilizar a integração entre os países. De modo geral, foi uma Cúpula com poucos resultados práticos. Dois pontos que haviam sido sugeridos para entrar na pauta, a criação de uma agência de rating dos BRICS e a criação de uma área de livre-comércio (proposta pela China) não foram negociados por falta de consenso. Além disso, foram incluídos temas como terrorismo, combate à

evasão fiscal e reforma do Conselho de Segurança na declaração final.

Se do ponto de vista dos Estados poucos foram os avanços, do ponto de vista da sociedade civil houve uma importante mobilização, encabeçada por organizações indianas, para garantir que as vozes das respectivas sociedades do Bloco sejam ouvidas. A Cúpula dos Povos, que aconteceu nos dias 13 e 14 de outubro em Goa e depois do chamado C-BRICS (espaço oficial destinado a participação da sociedade civil), representa mais um avanço em garantir um espaço autônomo e diverso de participação e fundamental para a continuidade dos esforços iniciados ainda em Durban – BRICS from Below – e em Fortaleza.

A REBRIP esteve presente na Cúpula dos Povos defendendo a importância de se ter um espaço independente e representativo de participação social. Confira abaixo um artigo de opinião sobre as ideias defendidas pela REBRIP.

POR UM ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL INCLUSIVO E DEMOCRÁTICO NOS BRICS: **UMA CONTRIBUIÇÃO BRASILEIRA AO DEBATE**

Quando se debate o tema dos BRICS, muito já se discutiu sobre as semelhanças que unem os países membros e as diferenças que os separam. Por vezes, os países-membros convergem; em outras ocasiões, concorrem. Os BRICS se autoidentificam como um polo capaz de democratizar o sistema mundial vigente, que tem como dianteira os Estados Unidos e a União Europeia. A ação concertada dos chamados países emergentes em alguns fóruns multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio - OMC e o G20, implicaria, em longo prazo, em um rearranjo de forças que passaria a refletir mais precisamente a eclosão de um mundo multipolar mais equilibrado.

A democratização da ordem mundial também é tida pelos BRICS, pelo menos até aqui,

como uma das condições fundamentais pela qual países que até então viviam à margem do sistema possam incidir em processos que terão grandes impactos em suas respectivas realidades política, social, ambiental e econômica. Quer dizer, passariam a ter mais autonomia na formulação de políticas para redução da pobreza e da desigualdade, através de formas mais equitativas de cooperação Sul-Sul, apoiadas em um modelo de desenvolvimento sustentável. Trata-se, portanto, não somente de uma alteração do status quo no plano das hegemonias, mas também da criação de um discurso que fundamente práticas mais justas e horizontais no relacionamento entre os Estados.

Tal narrativa, no entanto, se traslada para a realidade muitas vezes de forma intranquila. Não há consenso entre os países do Bloco, por exem-

plo, sobre a reforma do Conselho de Segurança da ONU. Muito se diz sobre a necessidade de se adotar um novo modelo de desenvolvimento, mas também não há entendimento comum quanto à qualificação do termo sustentável, fato que se revela mais claramente em sua instituição mais recente, o Banco dos BRICS. No plano da cooperação Sul-Sul, muitas vezes ela reprisa os mesmos problemas que a tradicional Norte-Sul. Enfim, são vários os pontos em disputa.

Outro ponto sensível diz respeito ao tipo de participação que vem se construindo nos BRICS. Se até agora, os Estados-membros têm se mostrado pouco interessados em ouvir as demandas de suas sociedades no que se refere à agenda do Bloco, estas dificuldades se acentuam pelos distintos entendimentos que não somente os governos têm de participação social, mas também suas respectivas sociedades organizadas. No caso dos governos, estas distinções têm a ver, sobretudo, com os regimes políticos. Do ponto de vista social, o histórico de lutas e aprendizados de organizações e movimentos sociais e as realidades em que estão inseridas, muito explicam a pouca convergência entre suas estratégias de resistência. Além disso, a forma como cada sociedade civil interpreta o surgimento e significado dos BRICS também joga papel importante.

Sobre este último ponto, enquanto para alguns movimentos e organizações da sociedade civil os BRICS abrem a possibilidade de um contrabalanço às potências ocidentais, resultando na melhoria de vida dos cidadãos, para outros, ele nada mais é que um conjunto de países que reforça a existência de um capitalismo predatório e insustentável. Estas distintas interpretações exercem grande influência não somente na forma como as entidades tentam influenciar e/ou resistir às iniciativas do Bloco, mas também sobre pos-

síveis pontos de concertação que as sociedades dos cinco países poderiam ter entre si.

Já no plano das realidades e das lutas, por exemplo, na Rússia, Índia e China, o conceito de participação popular que se reivindica no Brasil inexistente. Há relatos de hostilidade dos poderes públicos em relação à sociedade civil. O acesso aos Sherpas (negociador oficial) e a outros representantes de governo também se mostra difícil na maior parte dos países do Bloco, como exceção do Brasil e da África do Sul.

O Brasil, especialmente desde sua saída da ditadura militar na segunda metade dos anos de 1980, conseguiu criar espaços de articulação e se organizar de maneira cada vez mais complexa e qualificada ao longo do tempo no que se refere à participação popular no desenho, na implementação e no acompanhamento de políticas públicas. Hoje, o País conta com uma sociedade civil mais fortalecida, diversificada e que abrange vários campos de atuação. É importante ressaltar que a conquista de espaços sólidos para a participação veio e ainda resulta de muita luta.

Do ponto de vista brasileiro, pode-se dizer, grosso modo, que participação social é uma das formas pela qual a sociedade civil organizada pode incidir de forma mais efetiva no processo decisório protagonizado pelos governos. Ela contribui para o aperfeiçoamento da democracia – uma vez que se trata de um mecanismo que assegura a participação popular, o controle social e a gestão democrática da política pública. Em síntese, é através de mecanismos adequados de participação popular que se assegura a predominância do interesse público.

Seu adequado funcionamento requer o respeito a alguns princípios basilares como os da autonomia das organizações partícipes em relação ao poder público; do acesso tempestivo à infor-

mação de qualidade; de diversidade e pluralidade da sociedade civil representada, especialmente dos mais afetados pelas ações do Bloco; de representatividade das organizações e movimentos; e de financiamento público da participação uma vez que só ele garante a presença equânime dos diversos setores da sociedade civil, e não apenas daqueles que podem se autofinanciar.

Isso não significa que não existam desafios no Brasil. Após um período de conquistas expressivas, é preciso aprender a se rearticular, a fim de evitar fragmentações que nos enfraquecem. Ainda é necessário, também, popularizar o debate internacional entre os movimentos sociais e organizações de base em geral. Inclusive, o número de organizações que trabalha com a temática internacional, mais especificamente com BRICS, ainda está aquém do seu potencial.

A criação de mecanismos de participação adequados também implica na necessidade de se compreender e conhecer a sociedade civil organizada dos demais países BRICS. Como já foi dito acima, este intercâmbio se revela desafiador por diversos motivos: as realidades muito distintas certamente impõem a obrigatoriedade de se pensar formas de articulação e de engajamento adaptados a cada contexto sócio-político. Apesar das barreiras políticas, culturais, linguísticas e de visões de mundo, as sociedades civis destes cinco países até o momento não demonstraram suficiente habilidade em aproximarem-se umas das outras.

Isso se mostra particularmente importante. Se por um lado não há uma visão consensuada sobre o BRICS e a forma como as sociedades podem incidir nele, por outro, os problemas que estas sociedades compartilham e que gostariam de ver superados são o seu elo. O aumento das desigualdades sociais nestes países, a expansão

predatória de empresas transnacionais por seus territórios, a promoção de obras de infraestrutura de grande impacto socioambiental e a persistência de violações sistemáticas de direitos humanos demandam mecanismos de controle e participação amplos, inclusivos, democráticos e eficazes. Da mesma forma, é através do envolvimento ativo dos entes sociais neste debate que será possível “se disputar” um Novo Banco de Desenvolvimento transparente e com um sistema efetivo de prestação de contas dos projetos a serem financiados.

Paralelamente às Cúpulas de Chefes de Estados dos BRICS, as sociedades civis de Brasil, Índia, Rússia, China e África do Sul foram se organizando a fim de fazer com que suas vozes fossem ouvidas. Estes foram os casos de BRICS from Below, em Durban, África do Sul (5ª Cúpula) e dos Diálogos sobre o Desenvolvimento: os BRICS na Perspectiva dos Povos em Fortaleza, Brasil (6ª Cúpula). Infelizmente estas energias emancipadoras não foram levadas em consideração. A resposta dada pelos governos, especialmente pela Rússia por meio da iniciativa Civil BRICS (C-BRICS), foi a de criar de forma autoritária um pseudo espaço de participação onde o governo russo definiu quem participava, qual deveriam ser os temas debatidos e que metodologia seria adotada. Uma iniciativa que viola todos os princípios de participação mencionados anteriormente como os de autonomia, diversidade e presença dos mais afetados. O resultado de um processo dessa natureza não expressa, de forma alguma, as demandas dos movimentos e organizações da sociedade civil, pois não é legítimo. E o argumento utilizado por alguns de que é “melhor estar ali do que não estar” não se sustenta: expressa a rendição à cooptação e captura política por parte dos governos.

A criação do C-BRICS foi possível, em parte, pela fraqueza das ligações entre as sociedades civis dos cinco países, pela falta de uma agenda comum e pela pouca afinação do que cada sociedade entende e demanda de um espaço de participação. Do lado brasileiro, por exemplo, encontramos organizações, incluindo a REBRIP, que defendem a criação do Fórum da Sociedade Civil dos BRICS, que seria um espaço igualmente oficial, mas que partiria das bases¹. Entretanto, da mesma forma que ainda é necessário qualificar e sistematizar melhor as posições brasileiras, também é imprescindível compartilhar e assimilar as percepções com nossas contrapartes indianas, russas, chinesas e sul-africanas.

Nesse sentido, cabe discutir que tipo de participação social almejamos para os BRICS. Queremos fóruns nacionais além do Fórum Social dos BRICS? Quais seriam os critérios de participação? Incluiríamos representantes de organizações e movimentos de países afetados pela atuação dos BRICS? Nos preocupam as atuais propostas de se institucionalizar o C-BRICS como espaço oficial de participação nos moldes em que está. A questão não é o C-BRICS em si, mas a forma em como se estrutura, de cima para baixo. A

1 A proposta da REBRIP sobre a criação de um Fórum da Sociedade Civil dos BRICS pode ser encontrada aqui: <http://rebrip.org.br/noticias/rebrip-lanca-sua-proposta-de-criacao-do-forum-da-sociedade-civil-dos-brics-cc57/>

organização de uma Cúpula dos Povos, encabeçada pela sociedade civil indiana se mostrou mais oportuna para a democratização do debate. Não se trata de rivalizar espaços (C-BRICS versus Cúpula dos Povos), mas sim de se contrapor a ideias e experiências de como a sociedade civil dos BRICS pode se organizar e não ser organizada por governos nacionais.

Fato é que nós, organizações e movimentos dos países do BRICS, devemos, mantendo nossas identidades e diferenças, lutar por um espaço de participação que seja inclusivo e democrático e não nos contentar com migalhas distribuídas por governos de plantão que buscam se legitimar a nossas custas. Institucionalizar a participação social em espaços multilaterais ou plurilaterais é possível e países dos BRICS participaram ativamente de iniciativas dessa natureza como é o caso da criação do Mecanismo da Sociedade Civil do Comitê de Segurança Alimentar das Nações Unidas², para citar apenas um exemplo. Portanto não se trata de um debate novo e impossível de ser alcançado. Apesar de nossas dificuldades, que não são poucas, é vero, temos condições de pautar o debate e não deixarmos que nos pautem.

Sermos cooptados pelos governos significa nossa capitulação.

2 A esse respeito ver: <http://www.csm4cfs.org/>

FIQUE POR DENTRO DA REBRIP!

Nesta seção você encontra mais informações sobre os Grupos de Trabalho (GT's) da REBRIP, agenda e informes em geral.

Dias 22 e 23 de setembro, aconteceu a Assembleia Geral da REBRIP.

A reunião contou com cerca de 30 entidades-membro da Rede e foi um importante momento de avaliação e reestruturação da REBRIP.

A assembleia teve como objetivo geral repensar a REBRIP, a partir dos seus temas de trabalho e frente à nova conjuntura política. Com essa assembleia foram definidas novas estratégias de mobilização (tanto interna quanto externamente), refletimos sobre o papel dos GTs na estrutura da REBRIP e discutimos como ter uma secretaria e coordenação fortes e reorganizadas.

Confira abaixo quais foram as principais decisões:

- 1• A nova secretaria da REBRIP será a ISP. Jocelio Drummond é o novo secretário. Esta secretaria deverá

ser mais articuladora, coordenadora dos GTs e com mais capacidade de representação política.

- 2• A Coordenação será composta pelos representantes definidos pelos GTs e pelas seguintes organizações nacionais: Equit, Inesc, Ibase, CUT, ABIA. A Fetraf será consultada se vai compor a nova coordenação.
- 3• Ficam definidos os seguintes Grupos de Trabalho: GTPI; Justiça Fiscal, Infraestrutura e Grandes obras; Transnacionais e Direitos Humanos; Gênero; Sistema Financeiro.

FIQUE POR DENTRO DA REBRIP!

- 4• Estratégias que devem ser adotadas pela nova coordenação:
 - a) Fortalecimento Nacional através da pro-atividade na ampliação dos membros da Rede. Especialmente: Movimento do campo; LGBTTI; jovens; novos grupos de mídia alternativa (blogueiros, mídia Ninja etc.); movimento indígena; movimentos urbanos (MPL etc.).
 - b) Fortalecimento do Plano Internacional: articular com as seguintes iniciativas: Tribunal dos Povos e do Fórum Panamazônico.
 - c) Formação: Atuar forte na formação dos membros da REBRIP para equalizar informações e fortalecer os conteúdos com os quais a rede trabalha.
 - d) Comunicação - Buscar novas formas via mídias alternativas, redes sociais, novas linguagens para falar do tema.
- 5• Construir um plano de financiamento para a REBRIP.



Rua Caetano Pinto, 575
CEP 03041-000 Brás
São Paulo SP
sec@rebrip.org.br

APOIO

HEINRICH BÖLL STIFTUNG
BRASIL

act:onaid